

**CIDADANIA ACTIVA,
MOVIMENTOS SOCIAIS
E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

FERNANDO RUIVO

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos Sociais

Introdução ao painel

«Cidadania activa, movimentos sociais e democracia participativa»

173

A propósito do funcionamento desta mesa, procurarei alinhar os temas das comunicações apresentadas, bem como sistematizar as suas contribuições de modo a encontrar questões e ideias que possam ajudar a construir um debate.

São basicamente cinco as questões inventariadas e que poderemos aqui discutir. A saber: 1) a autonomia democrática e a globalização; 2) a participação; 3) as consequências da actividade das organizações não governamentais; 4) os movimentos sociais; 5) a cidadania.

Como consequências do processo de globalização, podemos encontrar, por um lado, a ideia da morte da unidade geomorfológica do Estado e, por outro, a de que o político e o social vêm cedendo o passo ao económico. No discurso oficial dessa globalização, imperam deste modo as noções de que a ordem económica é a única ordem cientificamente legítima e de que o conjunto das relações humanas releva da análise económica.

A este propósito, Paulo Neto e Silvério Rocha e Cunha¹ questionam o princípio da autonomia democrática à luz do

1. A autonomia democrática e a globalização

¹ «Globalização, novos instrumentos e mecanismos de regulação e autonomia democrática».

processo de globalização. O que este princípio basicamente nos diz é algo com que a minha geração se encontra ainda de certo modo sintonizada: diz que todos os indivíduos devem ser livres e iguais na determinação das condições das suas vidas, desde que tal não negue o direito dos outros. Ora, para os autores, a globalização produz uma concepção da humanidade para a qual apenas contam a soberania do indivíduo, o atomismo, o interesse próprio, o direito de propriedade e o mercado auto-regulado. E, segundo eles, para esta concepção a autonomia democrática não pode oferecer estrutura para a acção colectiva.

A ausência de autonomia democrática traduz-se, assim, no plano sócio-político, numa também ausência de projecto colectivo, no retorno de uma mitologia que apela à reconstrução de uma sociedade quase tribal, num discurso político procedimental que já não articula a democracia representativa com a liberdade e a dignidade e, finalmente, na legitimação de uma sociedade que, simultaneamente, produz uma opulência sufocante e enormes patamares de miséria e exclusão.

Há que concordar que todos estes factores não são de modo algum impulsores de cidadanias activas, de movimentos sociais e democracias participativas, havendo, por tal razão, de apelar-se a novas formas de regulação, tantas internas como internacionais, como acordam os autores.

2. A participação

A participação das populações e dos actores mais relevantes nos processos de tomada de decisão e da atracção, formação e execução de políticas públicas tem vindo a afirmar-se como central em várias áreas das ciências sociais. Porquê? Bom, porque tem muito a ver com o exercício da cidadania, porque implica o cidadão no produto final da decisão democrática, e porque legitima, enfim, o decisor. Podemos subdividir o tema em três alíneas segundo as comunicações presentes a este painel:

a) A participação eleitoral

A este propósito, André Freire² explora a evolução da participação e abstenção eleitoral dos portugueses, procurando explicar as determinantes desta última. Para o tema que nos

² «A evolução da participação e da abstenção eleitoral dos portugueses em eleições legislativas, 1975-1995».

interessa, porém, o da participação, neste caso para a representação política, mostra que tal participação depende de um maior nível de recursos educacionais e da socialização sócio-política, enquanto a abstenção varia mais em função de isolamentos geográficos e sociais. A questão de saber em que poderá a participação eleitoral potenciar a participação não eleitoral será um bom desafio para o debate.

b) A participação em mecanismos institucionais

Elisabete Figueiredo e Filomena Martins³ explicam a falência dos mecanismos institucionais de participação da população no Parque Arqueológico do Côa, afirmando a necessidade de substituição dos mecanismos tradicionais por formas menos convencionais e inovadoras. Explicam a falta de comunicação, de desconfiança até, entre agentes e instituições locais, de autismo interpretativo por parte de técnicos e agências administrativas, de défices democráticos no interior das instâncias locais e entre estas e as agências centrais. Parece que ninguém saberá bem neste momento quais as vestes dessas novas formas de participação, que me parece podem melhor surgir em situações agudas de perda comunitária e que devem ser agendadas para investigação como casos de estudo individuais. De reter, de qualquer modo, como traço de discussão, a ineficácia, tanto das propostas institucionais gerais de participação por parte das instâncias governamentais, como da rarefacção deste processo participativo.

c) A participação no desenvolvimento local

A ideia que se poderá discutir neste ponto é a de que o desenvolvimento tem, comprovadamente, a ver com cidadania e participação locais. A este respeito, Brígida Rocha Brito⁴ procura comprovar a existência de estratégias alternativas de desenvolvimento local. Fá-lo a partir dos resultados empíricos de um projecto na Guiné-Bissau. Com uma metodologia de cariz pluralista, a autora critica as abordagens exclusivamente centradas no Estado e aponta em dois estudos de caso a natureza participativa desse desenvolvimento centrado no local, na população e na motivação de actores sociais promovida por organismos não estatais.

³ «Uma voz lá dentro... Expectativas, disposições e razões da população para participar no funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa».

⁴ «Desenvolvimento local e participação na Guiné-Bissau».

3. As consequências da actividade das organizações não governamentais

176

Deve, antes do mais, dizer-se que esta é uma questão transversal para onde convergem todos os restantes temas em discussão, com muito especial referência para a participação e a cidadania.

Assim, Ana Delicado⁵ analisa as relações entre a rede de instituições privadas de luta contra a sida e o Estado. Mostra os défices de actuação estatal e a tentativa da sua colmatação por parte das organizações não governamentais. Mostra também o cenário em que estas exercem pressão sobre o sistema político a fim de serem reconhecidas como actores pertinentes, recorrendo à articulação de modelos avançados e pré-modernos. Mostra finalmente esse carácter avançado das práticas a dois níveis: o questionamento da legitimidade da ciência e do Estado, a propósito do teste e aprovação de novos medicamentos; e a procura de situações de *empowerment* relativamente aos afectados.

Alexandra Lopes⁶, pelo seu lado, debruça-se sobre o activismo específico das ONG's na área da sida, medindo as suas potencialidades e os obstáculos que tal activismo pode simultaneamente acarretar. Relativamente às primeiras, as potencialidades, salienta os contornos de uma configuração radicalmente diferente da solidariedade e democracia, as novas comunidades emocionais na expressão de Scott Lash, e o novo tipo de cidadania derivado do conceito de *empowerment*.

Quanto aos segundos, os obstáculos, aponta a dependência de programas estatais de financiamento, o perigo de burocratização das organizações intervenientes, a clientelização dos elementos nelas envolvidos, bem como o desvio para lógicas do tipo assistencialista.

4. Os movimentos sociais

Conjugam-se neste momento nos movimentos sociais velhos e novos movimentos, formas articuladas com características simultaneamente novas e velhas.

A este propósito, Aníbal Frias⁷ fala sobre as características dos movimentos mais recentes, dos novíssimos movimentos sociais, que no seu entender conjugam, numa nova prática, o social, o político, o económico, o tático, a estética e a teoria.

⁵ «Acção política das Organizações Não Governamentais de luta contra a SIDA».

⁶ «O activismo na área da SIDA enquanto exercicio de participação democrática dos cidadãos».

⁷ «Ce que la critique sociale dit à la sociologie critique. Les mouvements sociaux en France».

Elísio Estanque⁸, pelo seu lado, analisa os velhos e novos movimentos sociais, relacionando-os com o espaço e a comunidade e propondo algo que se me afigura como muito importante: uma agenda de investigação sobre a actual acção colectiva em Portugal, na qual, entre outras coisas, se pretende analisar a combinação entre modelos inovadores e lógicas modernas ou pré-modernas.

Carlos Vieira de Faria⁹ propõe a análise de longa duração dos movimentos sociais em Setúbal de 1965 a 1995. Fá-lo contra uma visão imediatista e pontual do movimento social, considerando, para utilizar a sua expressão, que «a cidade se apresenta como lugar em cuja materialidade se inscrevem ao mesmo tempo as aventuras actuais duma sociedade e os traços de aventuras anteriores». Fá-lo, ainda, acentuando a sequência genética do movimento social, os seus momentos fortes e fracos, a sucessão de etapas de novas aspirações que lhe dão conteúdo e continuidade. Fá-lo, finalmente, a partir da noção de *governance*, isto é, de que governar a cidade pressupõe que o aparelho político de governo seja capaz de produzir normas, de organizar e, sobretudo, de intervir com outros actores numa relação de parceria (fazendo deste modo luz a um tema que me é muito caro: as redes locais e as redes de redes).

Samira Kauchakje¹⁰, apresenta-nos, por último, o cenário brasileiro dos movimentos sociais. No pressuposto de que a produção de teses e dissertações sobre o tema na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas reflecte uma íntima ligação entre o interesse académico e a realidade social, a autora efectua um levantamento deste tipo de produção científica entre os anos de 1970 e 1995, relacionando os 322 trabalhos aí produzidos com os vários contextos sociais e políticos, fluxos, refluxos e temas inspiradores que lhes serviram de base.

Aqui, Carlos Estevão¹¹, interroga a cidadania e justiça organizacionais, uma espécie de *law in action*, como importante dimensão, a maior parte das vezes oculta à ciência social e

5. A cidadania

⁸ «Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais».

⁹ «As cidades na cidade — uma perspectiva de longa duração dos movimentos sociais urbanos em Setúbal».

¹⁰ «A academia e o cenário social brasileiro. Teses e dissertações sobre movimentos sociais produzidas na USP e na UNICAMP entre 1970 e 1995».

¹¹ «Cidadania organizacional e lógicas de formação».

ao olhar crítico, da cidadania política e social, da qual não se pode encontrar desligada e de que é óbvia potenciadora.

Filipe Carreira da Silva¹², pelo seu lado, interroga-se sobre espaço público e democracia à luz da cidadania em Habermas, procurando demonstrar como evoluiu esta conceptualização e explicitar a superação das dificuldades da proposta.

Quanto a Mónica Dias¹³, ela fala sobre o significado da expressão «estar na fronteira da cidadania», estar a caminho no seu entender, sempre a caminho, estabelecendo por esta razão uma longa agenda de ações a partir da teoria crítica, a qual no seu entender não necessita ainda de ser reinventada.

José Augusto Palhares¹⁴ interroga o associativismo juvenil (muito especialmente o escutismo) como possível forma de educação para a construção da democracia e da cidadania. Fá-lo num contexto de interrogações sobre o papel do Estado na promoção da democracia e sobre a regressão de alguns direitos, mostrando a importância de tal associativismo no contrabalançar de tal situação.

Maria José Casanova¹⁵ debruça-se sobre a distribuição escolar de conhecimentos considerados socialmente válidos a crianças de classes e minorias étnicas desfavorecidas, interrogando-se sobre as consequências de tal distribuição.

André de Brito Correia¹⁶ preocupa-se com o paternalismo escolar, procurando identificar as formas em que este tipo de poder se concretiza, já que, na sua opinião, ele pode limitar as competências de que as crianças necessitarão de dispor como cidadãos futuros.

Finalmente, para Patricia Joyce Fontes¹⁷, enquanto prática de educação de professores e de inovação e intervenção educacional, a prática da teoria crítica surge como uma questão central. Nesse sentido, descreve-nos a sua experiência de iniciação à cidadania crítica através da educação ambiental em escolas do Norte desde 1996. A formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários, capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social e de se empenharem na sua transformação faz parte do elenco de incentivos do sistema educativo da Lei de Bases do Sistema Educativo português. A autora pensa que a educação ambien-

¹² «Espaço público e democracia: o ideal de cidadania de Habermas».

¹³ «Na fronteira da cidadania».

¹⁴ «Globalização e políticas de juventude».

¹⁵ «Interculturalidade, trabalho pedagógico e expectativas dos professores».

¹⁶ «Cidadania e paternalismo na escola».

¹⁷ «Iniciação à cidadania crítica através da educação ambiental».

tal pode proporcionar um estágio «na forma de vida em que a comunicação não perturbada, o acordo não forçado e o entendimento mútuo são possíveis», utilizando a formulação de Habermas. Propõe então formas dessa educação ambiental em que os alunos investigam o seu meio local para entender as razões dos problemas encontrados, criam visões desse meio, planeiam e executam acções para realizar tais visões e avaliam as mudanças no ambiente e na sua competência alcançadas por tais acções. ■